

A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO EM EMPRESAS DA ÁREA MÉDICA E SEUS FUNDAMENTOS

AUTORES

Maria Luiza Ferreira RIBEIRO

Docente em Ciências Contábeis pela União das Faculdades dos Grandes Lagos - UNILAGO

Leonardo Ramos PEREZ

Docente da União das Faculdades dos Grandes Lagos - UNILAGO

RESUMO

Este trabalho busca analisar a importância do processo de legalização de empresas da área médica, considerando a complexa interação entre os aspectos legais e as práticas de gestão nesse setor. Aborda os desafios enfrentados pelos profissionais de saúde na criação e manutenção de suas empresas, destacando a necessidade de cumprir as regulamentações específicas do campo médico. O estudo investiga as implicações legais, administrativas e financeiras da legalização de empresas médicas, incluindo questões relacionadas à constituição da pessoa jurídica, licenciamento, contratação de profissionais, e conformidade com normas de saúde. Além disso, discute a importância do planejamento estratégico e da assessoria especializada na garantia do cumprimento de normas e na redução de riscos. Os resultados destacam como a legalização adequada das empresas médicas não apenas assegura a conformidade com a legislação, mas também contribui para a sustentabilidade dos negócios, a qualidade dos serviços prestados e a proteção dos pacientes, desempenhando um papel crucial na área médica, promovendo o desenvolvimento de práticas empresariais éticas e seguras. Este estudo oferece uma visão abrangente da importância do departamento de legalização de empresas médicas e serve como uma base sólida para a compreensão dos desafios e oportunidades que os profissionais de saúde enfrentam ao estabelecer e gerenciar suas organizações no contexto legal e regulatório em constante evolução.

PALAVRAS CHAVE

Área Médica, Legalização, Regularização, Constituição, Empresarial, Contábil

1 INTRODUÇÃO

As normas que regem as pessoas jurídicas no Brasil podem parecer extremamente complexas, pois, reúnem uma estrutura necessária às boas condutas empresariais. Para começar a empreender no país, um passo burocrático é a legalização da empresa (UNIDAS CONTABILIDADE, 2022).

A legalização de empresas, diz respeito a uma série de iniciativas pequenas, que quando somadas resultam na figura de um empreendimento que está adequado às normas jurídicas (UNIDAS CONTABILIDADE, 2022).

Este processo é essencial, pois auxilia na atualização da legislação tributária, trabalhista e contábil, ajuda a conformidade com os órgãos governamentais e na otimização da gestão empresarial (ALMEIDAS ASSESSORIA CONTÁBIL, 2020).

O departamento de legalização de empresas é responsável por orientar, planejar e ajudar em todas as questões legais da constituição empresarial. Além disso, executa a manutenção da pessoa jurídica perante repartições públicas federais, estaduais e municipais (RISSI, 2023).

Ele consiste em um processo que confere existência jurídica a um negócio. Trata-se de obter um Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) para o empreendimento, tirando-o da informalidade (CONTABILIZEI, 2023).

Na área médica, o ideal é que a legalização seja feita antes mesmo do estabelecimento abrir as suas portas e iniciar sua atividade empresarial. No entanto, é possível que a empresa faça isso durante as suas atividades o mais rápido possível, a fim de evitar as penalidades por atuar na ilegalidade. Isso acontece porque muitos empresários começam as suas operações, mas deixam de cumprir com algumas obrigações fiscais e jurídicas. Nesse caso, precisarão fazer mais processos para regularizar o seu CNPJ (TCM CONTABILIDADE, 2022).

Clínicas médicas e consultórios precisam cumprir uma série de regras para que estejam regularizados. Essas normas partem de diferentes órgãos, responsáveis por documentos que atestam que a empresa está em conformidade nas esferas administrativa, jurídica, sanitária, estrutural e que, por isso, tem condições de realizar procedimentos de saúde (MORSCH, 2019).

Diante deste contexto se faz necessário a questão de pesquisa: Qual é a importância dos processos de regularização de empresas médicas?

Também se justifica fazer esse trabalho para a sociedade e para os leitores, aos empresários que abrem um negócio e se veem obrigados a fechar em seguida em função de não conseguirem dar conta de tantas exigências definidas pela legislação própria.

Desta forma, o objetivo da pesquisa será demonstrar a importância e os fundamentos do processo de legalização de empresas do seguimento médico, demonstrando teorias e procedimentos relacionados a legalização da área médica com foco na sua importância.

O estudo desse tema é relevante para o meio empresarial porque, atualmente, no Brasil, é evidente que a burocratização dificulta a constituição de novas empresas. Muitas empresas brasileiras ainda são informais. É por isso que nenhuma delas podem expandir seus negócios porque não estão legalizadas. Por outro lado, uma empresa só cresce a partir do momento em que é legalizada pela Receita Federal do Brasil (ASSISTENCIAL, S.D).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 - LEGALIZAÇÃO NO BRASIL E A ÁREA MÉDICA

Abrir uma empresa no Brasil não é tarefa fácil, vai além da elaboração de um contrato social e obtenção de um número de CNPJ. Além das muitas questões burocráticas envolvidas, os empresários devem refletir sobre as estratégias de legalização, responsabilidades legais e os custos com as despesas para legalizar (ÂNCORA VERDE, S.D).

O primeiro passo para uma empresa se integrar, é o cumprimento das legislações brasileiras, precisa passar pelo processo de legalização de empresas (ASSISTENCIAL, S.D).

Médicos são considerados profissionais liberais que executam suas atividades, após a finalização do curso de Medicina e registro no Conselho Regional de Medicina (CRM). Esse profissional tem a liberdade de definir como prestará seus serviços podendo escolher entre: funcionário Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), prestador de serviços como autônomo ou constituir e prestar serviços como pessoa jurídica (CONTABILIZEI, 2022).

Atuar como CLT, significa trabalhar com carteira assinada, onde presta serviços de forma integral e com vínculo empregatício com uma determinada empresa ou organização, adquirindo todos os direitos e deveres trabalhistas. Entretanto, restrições impostas pelo empregador, combinadas com impostos com desconto, muitas vezes incentivam os profissionais a trabalhar de forma independente (CONSULTE CONTABILIDADE DIGITAL, 2021).

Outra alternativa para aqueles que não possuem CNPJ e nem desejam trabalhar em regime CLT é atuar como médico autônomo, ou seja, pessoa física. Essa opção pode ser uma alternativa para a criação de um vínculo empregatício, uma vez que os direitos garantidos pela CLT geram inúmeros descontos no pagamento final do médico. Porém, enquanto o médico Pessoa Jurídica (PJ), pode realizar emissão de nota fiscal, quem trabalha como pessoa física não está autorizado. Mas caso preste serviços a uma empresa poderá gerar o (RPA) ou Recibo de Pagamento Autônomo (CONTABILIZEI, 2022).

De acordo com o Censo de Demografia Médica de 2018, aproximadamente 50,2% dos médicos no Brasil atuam em consultórios privados. Além disso, a remuneração desses profissionais costuma ser mais alta do que os médicos que atuam como autônomos (CONTABILIZEI, 2022).

Por isso, para constituir uma PJ, é necessário o suporte de um escritório de contabilidade que tenha experiência e conhecimento nesse perfil de processo. Assim, orientará da forma correta quanto a constituição societária, opções de regime tributário e solicitando toda a documentação necessária (CONTABILIZEI, 2022).

Muitos negócios começam informalmente ou apenas como projetos. Independentemente do caso, em algum momento a abertura de empresa de maneira formal se faz necessária para que as atividades possam ser desenvolvidas sem haver transtornos com os órgãos públicos. Todo esse processo inclui uma série de etapas. E elas precisam ser seguidas na ordem e corretamente para que a legalização não se torne um empecilho ao empreendimento (CONTABNET, 2017).

O departamento de legalização contribui para a gestão societária coordenando as atividades relacionadas à constituição, organização e manutenção legal de uma instituição. A principal função do departamento societário é garantir a conformidade das operações, cumprindo os regulamentos vigentes, é encarregado pelos processos contratuais e situação cadastral da companhia e responsável por regularizar, em órgãos públicos, a situação tributária da empresa (BASEMENT, 2023).

A área societária oferece serviços fundamentais para o empreendedor e a empresa, a começar pela

estruturação do tipo societário e a abertura, alteração e encerramento da corporação. Esse setor é responsável por proteger e regularizar os processos societários, garantindo estabilidade e transparência aos sócios. Outros ganhos são: garantir menores custos contratuais, garantir a efetivação dos contratos, obter os alvarás e licenças necessárias, auxílio na resolução de conflitos societários, regulariza as atividades empresariais, identifica e minimiza riscos e custos, atuação na venda ou aquisição de sociedade, aprimoramento de estratégias, gestão de documentos e proteção de patrimônio (BASEMENT, 2023).

2.2 PROCEDIMENTOS PARA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS MÉDICAS

Antes de iniciar o processo de legalização, é necessário verificar qual será a natureza jurídica, regime de tributação, nome empresarial, porte, atividade exercida, endereço, capital social e a quantidade de sócios (CONTABNET, 2017).

A natureza jurídica de uma empresa é o seu regime jurídico, pois define exatamente quais exigências, normas e leis devem ser aplicadas. Devemos observar a espécie da natureza jurídica que se enquadra para empresas médicas e assim, efetuarmos o registro no órgão correto, conforme mostra a figura 1 (CONTABILIZEI, 2022).

Figura 1: Órgãos de registro



Fonte: Elaboração Própria

O regime de tributação é o que define a cobrança de impostos da empresa, conforme o montante da arrecadação. Além disso, ele também vai depender de vários outros fatores, como o porte, o tipo de atividade exercida e o faturamento. Os empreendedores podem escolher o regime apropriado para o seu negócio dentre três opções mais comuns: Lucro Presumido, Lucro Real e Simples Nacional (RISSI, 2023).

Nome empresarial é a denominação ou firma escolhida pelo empreendedor para fins de identificação da empresa no exercício de suas atividades. Quando ele é idêntico ao do empresário (completo ou abreviado), dá-se o nome de "firma". Já a "denominação empresarial" se relaciona com a descrição da atividade exercida pela empresa. O uso da "firma" ou da "denominação empresarial" varia conforme a natureza jurídica escolhida. Além

do mais, trata-se do nome oficial que identificará a empresa perante os órgãos públicos e nas relações comerciais (CONTABILIX, 2022).

O enquadramento de empresas por faturamento é a classificação do porte de acordo com o faturamento anual declarado para o governo. O porte da empresa é definido por dados financeiros, como a receita bruta, ou dados referentes a capacidade produtiva, como o número de funcionários. Para fins de tributação e financiamento, o faturamento anual declarado anualmente é o indicador mais utilizado (RISSI, 2023).

Figura 2: Porte de empresa

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA	FATURAMENTO ANUAL
GRUPO I EMPRESA DE GRANDE PORTE	Superior a R\$ 50.000.000,00
GRUPO II EMPRESA DE GRANDE PORTE	Igual ou inferior a R\$ 50.000.000,00 e superior a R\$ 20.000.000,00
GRUPO III EMPRESA DE MÉDIO PORTE	Igual ou inferior a R\$ 20.000.000,00 e superior a R\$ 6.000.000,00
GRUPO IV EMPRESA DE MÉDIO PORTE	Igual ou inferior a R\$ 6.000.000,00
EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)	Igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 e superior a R\$ 360.000,00
MICROEMPRESA	Igual ou inferior a R\$ 360.000,00

Fonte: Elaboração Própria

A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) serve para identificar, classificar e organizar as atividades econômicas realizadas por empresas. Ele é utilizado para fins de registro, enquadramento tributário, estatísticas, segmentação de mercado e elaboração de políticas públicas, contribuindo para a compreensão e o acompanhamento da economia do país. Quando constituir a empresa, é necessário escolher corretamente o CNAE para a empresa, ou seja, o ramo da atividade (BLING, 2023).

O endereço fiscal e comercial são diferentes. Enquanto o primeiro tem fins basicamente tributários e formais, o segundo tem um propósito puramente comercial (CONTABILIVRE, 2018).

O capital social é o investimento inicial feito pelos sócios ou acionistas de uma empresa para colocá-la em funcionamento. Esse investimento é registrado no contrato social e pode ser feito tanto em dinheiro como em bens. Ele serve, basicamente, para abrir a empresa e mantê-la funcionando até que gere rendimento suficiente para fazer isso por conta própria (RISSI, 2023).

Não existe uma lei que especifique exatamente o limite máximo de sócios que uma empresa pode ter. O sócio administrador é aquele que fica à cargo de desempenhar e desenvolver todas as funções administrativas de uma empresa, conduzindo diariamente o negócio no qual está envolvido. Além disso, é ele o responsável por assinar documentos e responder legalmente pela sociedade, além de cuidar também de algumas partes do setor financeiro como, por exemplo, a realização de empréstimos. Já o sócio quotista não possui nenhuma responsabilidade nas questões administrativas de gestão de uma empresa. Mas, mesmo assim, este possui poder para realizar todas as atribuições do sócio administrador, mesmo que não tenha participação nos lucros e

prejuízos que a empresa (CONSULESP, 2023).

A legalização de uma empresa médica é um processo que envolve diversos passos e documentos. Além das verificações citadas, há os seguintes passos e documentos necessários que são apresentados na tabela 1:

Tabela 1: Passos para a legalização de empresas médicas

Passos	Descrição
Elaborar o contrato social	É o documento que define os dados dos sócios, o objeto social, o capital social, a forma de administração e a distribuição dos lucros.
Registrar a empresa	Na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, esse registro garante a existência legal da empresa e a emissão do Número de Identificação do Registro de Empresas (NIRE).
Obter o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)	É o documento que identifica a empresa perante o fisco (Receita Federal e outros órgãos) e permite a emissão de notas fiscais.
Obter a inscrição municipal	Necessário para a liberação de emissão de notas na prefeitura do município onde a empresa está localizada, que é necessária para o pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e para a obtenção do alvará de funcionamento.
Obter o alvará de funcionamento	Seja na prefeitura ou na subprefeitura do local onde a empresa está instalada, é a autorização para o exercício da atividade no imóvel escolhido.
Obter o alvará da Vigilância Sanitária	Obtido na Secretaria Municipal de Saúde ou na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que é a licença que atesta as condições higiênico-sanitárias da empresa e dos equipamentos utilizados
Registrar a empresa no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES)	O CNES é o sistema de informação oficial de cadastramento de informações de todos os estabelecimentos de saúde no país, independentemente de sua natureza jurídica ou de integrarem o Sistema Único de Saúde (SUS).
Obter a autorização junto ao Corpo de Bombeiros	É o documento que certifica que a empresa possui as medidas de segurança contra incêndio e pânico exigidas pela legislação.
Registrar a empresa no Conselho Regional de Medicina (CRM)	No Estado onde está localizada, que é o órgão que fiscaliza e regulamenta o exercício da medicina

Fonte: Elaboração Própria

Esses são os principais passos e documentos para legalizar uma empresa médica no Brasil. No entanto, podem haver outras exigências específicas dependendo da atividade exercida, do porte da empresa e da legislação local. Por isso, é recomendável contar com a ajuda de um contador especializado no segmento médico para orientar e auxiliar em todo o processo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa possui objetivos metodológicos exploratórios, natureza aplicada e abordagens qualitativas aplicadas em um estudo de caso. De acordo com Gil (2017), o estudo de caso proporciona uma proximidade com a questão e universo da pesquisa. Já para Yin (2001) menciona que o estudo de caso é uma abordagem empírica, isto é, busca aumentar os conhecimentos dos fenômenos através de experiências vivenciadas de cada indivíduo em seu cotidiano, com intuito de aprimorar e minimizar a fronteira entre o fenômeno e o estado da arte.

Com intuito de responder à questão de pesquisa e alcançar os objetivos propostos, a coleta de dados foi aplicada com colaboradores de um escritório contábil, com mais de 10 anos de especialidade na área médica localizado no interior do estado de São Paulo e considerado um escritório de médio porte conforme faturamento. A ferramenta que auxiliou a coleta de dados foi um questionário semiestruturado embasado no referencial teórico,

levando em consideração o levantamento de trabalhos como: artigos, resumos, revistas, sites, livros, dissertações localizadas no Google Acadêmico, Scielo e Portal de periódicos da CAPES.

O questionário foi criado via Microsoft Forms preservando o sigilo e integridade dos respondentes. O link para acesso do questionário foi direcionado no WhatsApp do grupo dos colaboradores do setor de legalização. Ele ficou disponível para aproximadamente 20 colaboradores. A pesquisa contou com a participação de 7 respondentes. Os colaboradores foram selecionados devido possuírem experiências ligadas diretamente ao problema pesquisado, ou seja, conhecer as necessidades e rotinas do departamento de legalização das empresas.

Por fim, os dados coletados foram apresentados e discutidos na sessão resultados criando um comparativo com o referencial teórico. Após cessar todas as possibilidades de novos resultados e preservando totalmente a opinião e percepção dos respondentes, a pesquisa chegou em suas conclusões.

4 RESULTADOS

Inicialmente a pesquisa buscou a autorização da participação dos respondentes e destacar que os dados seriam preservados e utilizados para composição dos resultados e discussões. Os 7 Colaboradores envolvidos aceitaram participar e contribuir com dados para a pesquisa.

No decorrer da análise, a segunda pergunta identificou o tempo de experiência dos colaboradores nos processos envolvidos no departamento de legalização do escritório. Os questionários apresentaram períodos entre 4 meses a 3 anos.

A terceira questão apresentou através do Quadro 1 as principais vantagens do departamento de legalização levando em conta a percepção dos colaboradores entrevistados.

Quadro 1: Principais vantagens do departamento de legalização

Manter regularidade perante o fisco
Segurança Empresarial
Legalidades Federais, Estaduais e Municipais em dia
Mão de obra capacitada para atender as mudanças e atualizações legais
Comodidade e praticidade para o cliente
Agilidade em caso de mudanças de regime ou porte
Consultorias anuais para acompanhar faturamento, análise de equiparações e obras de melhoria

Fonte: Elaboração Própria.

É possível notar que o departamento de legalização contribui com a segurança das empresas médicas, proporciona agilidade, mantem os empresários médicos atualizados com relação as exigências legais para manterem suas portas abertas. Desta forma essas afirmações vão ao encontro da literatura apresentada por Basement (2023) que menciona o departamento de legalização como sendo importante para a gestão societária coordenando as atividades que envolvem abertura, organização, manutenção legal da empresa.

A penúltima pergunta apresentou a importância do departamento de legalização para a rotina do profissional médico. O Quadro 2 demonstra as principais importâncias.

Quadro 2: Importância do departamento de legalização para o profissional médico

Praticidade e otimização de tempo
Desburocratização de documentos
Simplificação da rotina médica
Orientações adequadas
Gestão de documentos

Fonte: Elaboração Própria.

Podemos afirmar que para a empresa médica estar no caminho certo e seguro, o profissional médico precisa contar com o apoio de um escritório de contabilidade especializado em legalização de empresas para garantir o correto cumprimento de legalização.

O departamento de legalização de empresas oferece uma comodidade ao médico, pois, realiza todo o processo burocrático nos órgãos necessários para manter a empresa legalizada, como: Órgão de Registro, Prefeitura, Vigilância Sanitária, CNES e no (Conselho Regional de Medicina (CRM), estes são os órgãos básicos, podendo incluir outros caso seja exigido de acordo com o perfil da empresa ou município que esteja sediada. Os cadastros podem possuir vencimentos, o médico não precisa se preocupar em realizar essa renovação, o próprio departamento de legalização realiza esse procedimento. Com isso, os profissionais podem exercer suas atividades com segurança com consciência de que possui todos os documentos exigidos para se manter regularizado.

A última pergunta indicou as principais consequências em manter a empresa sem a devida legalização. O Quadro 3 demonstra os principais riscos.

Quadro 3: Consequências da não legalização

Implicações legais: Sanções legais, multas, penalidades, processos judiciais
Impossibilidade de emissão de notas fiscais
Impossibilidade de cadastrar em tomadores de serviços
Mais riscos de sofrer processos trabalhistas
Perda de credibilidade
Limitações Operacionais
Perda de benefícios fiscais
Falta de Proteção Legal

Fonte: Elaboração Própria.

A legalização de empresas de prestação de serviços é uma etapa crucial para quem deseja empreender. A falta de legalização pode acarretar problemas com o Fisco, além de prejudicar a imagem da empresa perante os clientes. Negligenciar esse aspecto pode levar a sérios problemas legais, financeiros e operacionais que podem, em última instância, comprometer o sucesso do negócio. Portanto, é altamente recomendável que os empresários sigam os procedimentos legais necessários para estabelecer e manter suas empresas em conformidade com as regulamentações aplicáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, se propôs, identificar qual é a importância e benefícios do processo de legalização em empresas da área médica, apresentando os procedimentos necessários para sua regularização, além de mostrar quais são as consequências e os riscos que a empresa pode sofrer caso não passe pelo processo de legalização.

Com base no estudo e na pesquisa praticada, foi possível confirmar que o processo de legalização de empresas da área médica, é complexo e exige o cumprimento de diversas normas e exigências das autoridades competentes, que variam de acordo com a natureza jurídica, as atividades desenvolvidas e o local em que se estão estabelecidas. Foi identificado que ela é a base para a formalidade, segurança, qualidade e credibilidade dos serviços médicos prestados à sociedade.

Os resultados da pesquisa revelam que a legalização apropriada de empresas médicas desempenha um papel fundamental na sustentabilidade dos negócios, na qualidade dos serviços prestados e na segurança dos

pacientes.

A área médica é singularmente desafiadora devido à constante evolução das regulamentações e normas que a governam. Este trabalho demonstrou que a conformidade estrita com essas regulamentações é crucial não apenas para evitar implicações legais, mas também para assegurar a integridade ética e profissional da prática médica. Além disso, a legalização adequada facilita o acesso a financiamentos, a contratação de profissionais qualificados e a construção de relacionamentos de confiança com pacientes e parceiros de negócios.

Por fim, é importante ressaltar que a legalização de empresas médicas é um processo que exige atenção aos detalhes. É fundamental contar com o apoio de profissionais especializados para garantir que todos os procedimentos sejam realizados corretamente e que a empresa esteja em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDAS ASSESSORIA CONTÁBIL. **Legalização de Empresas:** conheça a importância e riscos. Disponível em: < <https://www.almeidascontabil.com.br/legalizacao-de-empresas-importancia-e-riscos/>>. Acesso em: 04 mar. 2023.

ÂNCORA VERDE. **O que é preciso para legalizar uma empresa?** Disponível em: <<https://ancoraverde.com.br/o-que-e-preciso-para-legalizar-uma-empresa/>>. Acesso em: 04 mar. 2023.

ASSISTENCIAL. **A Importância Da Legalização De Empresas.** Disponível em: < <https://assistencial.com.br/importancia-legalizacao-de-empresas/>>. Acesso em: 16 jul. 2023.

BASEMENT. **O que faz o departamento societário na empresa?** Entenda sua importância. Disponível em: <<https://basement.io/blog/departamento-societario/>>. Acesso em: 16 jul. 2023.

BLING. **O que é CNAE e como funciona a classificação da empresa?**. Disponível em: < <https://blog.bling.com.br/o-que-e-cnae/>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

CONSULESP. **Quantos sócios pode ter em uma empresa.** Disponível em: < <https://www.consulesp.com.br/quantos-socios-pode-ter-em-uma-empresa/>>. Acesso em: 09 ago. 2023.

CONSULTE CONTABILIDADE DIGITAL. **CLT, PJ ou autônomo:** o que é mais vantajoso para os médicos?. Disponível em: <<https://www.consultecontabilidade.com/clt-pj-ou-autonomo-vantajoso-medicos>>. Acesso em: 19 mar. 2023.

CONTABILIVRE. **CNAE:** o que é e por que é tão importante escolher a correta? Disponível em: <<https://www.contabilivre.com.br/blog/cnae-o-que-e-e-por-que-e-tao-importante-escolher-a-correta/>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

CONTABILIVRE. **Endereço fiscal e comercial:** entenda as vantagens e diferenças entre os dois. Disponível em: < <https://www.contabilivre.com.br/blog/endereco-fiscal-ecomercial/#:~:text=Como%20voc%C3%AA%20j%C3%A1%20percebeu%2C%20endere%C3%A7o,como%20endere%C3%A7o%20fiscal%20e%20comercial>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

CONTABILIX. **Nome empresarial:** qual a importância e como definir na sua empresa. Disponível em: <<https://www.contabilix.com.br/contabilidade-online/nome-empresarial/>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

CONTABILIZEI. **Natureza Jurídica:** O que é? Lista de tipos societários a definir. Disponível em: < <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/nao-sabe-definir-o-tipo-societario-entenda-aqui-como-descobrir-a-natureza-juridica-de-uma-empresa/>>. Acesso em: 27 mai. 2023.

CONTABILIZEI. **Porte de Empresa:** Quais são as classificações? Veja como é definido nas diferentes instituições. Disponível em: <<https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/porte-de-empresa/>>. Acesso em: 16 jul. 2023.

CONTABNET. **Abertura de empresa:** conheça as 7 etapas do processo. Disponível em: <<https://contabnet.com.br/blog/abertura-de-empresa/>>. Acesso em: 27 mai. 2023.

FACILITE. **Porte de empresa:** quais os tipos e suas definições. Disponível em: <<https://www.facilite.co/porte-de-empresa-quais-os-tipos-e-suas-definicoes/>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

FORTES. **Lucro real:** entenda como funciona esse regime tributário. Disponível em: <<https://blog.fortestecnologia.com.br/gestao-contabil/lucro-real-entenda-melhor/>>. Acesso em: 21 jul. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GULARTE, Charles. **Legalização de empresas:** passo a passo de como fazer. Disponível em: <<https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/legalizacao-de-empresas/>>. Acesso em: 11 mar. 2023.

MORSCH, J. **Como fazer a regularização de clínica médica**. Disponível em: <<https://telemedicinamorsch.com.br/blog/regularizacao-de-clinica-medica>>. Acesso em: 11 mar. 2023.

RISSI. **Manual de Procedimentos Operacionais**. Disponível em: < <https://www.rissicontabilidade.com.br/>>. Acesso em: 27 mai. 2023.

TCM CONTABILIDADE. **Legalização de empresas de saúde:** por onde começar? Disponível em: <<https://tcmcontabilidade.com.br/legalizacao-de-empresas-de-saude/>>. Acesso em: 11 mar. 2023.

UNIDAS CONTABILIDADE. **Legalização de empresas:** qual a importância?. Disponível em: <<https://unidascontabilidade.com.br/blog/legalizacao-de-empresas-qual-aimportancia/>> Acesso em: 11 mar. 2023.

YIN, R. K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. (2Ed.). Porto Alegre: Bookman. 2001.